

ABSOLUTISMO

Sistema de governo no qual o poder é centralizado nas mãos do monarca, característico dos regimes da maioria dos Estados europeus entre os séculos XVII e XVIII. Os reis controlam a administração do Estado, organizam Exércitos permanentes, dominam a padronização monetária e fiscal, procuram estabelecer as fronteiras de seus países e intervêm na economia nacional por meio de políticas mercantilistas e coloniais. Também criam uma organização judiciária nacional, a justiça real, que se sobrepõe ao fragmentado sistema feudal.

A centralização do poder desenvolve-se a partir da crise do feudalismo. Com o crescimento comercial, a burguesia tem interesse em disputar o poder político com os nobres e apóia a centralização do poder. A Reforma Protestante do século XVI também colabora para o fortalecimento do poder monárquico, pois enfraquece o poder papal e coloca as igrejas nacionais sob o controle do soberano.

Com a evolução das leis, a partir do estudo do direito romano, surgem teorias que justificam o absolutismo, como as de Nicolau Maquiavel, Jean Bodin (1530-1596), Jaques Bossuet (1627-1704) e Thomas Hobbes (1588-1679).

O Estado absolutista típico é a França de Luís XIV (1638-1715). Conhecido como o Rei Sol, a ele é atribuída a frase que se torna o emblema do poder absoluto: "O Estado sou eu". Luís XIV atrai a nobreza para o Palácio de Versalhes, perto de Paris, onde vive em um clima de luxo inédito na história do Ocidente. Na Inglaterra, no início do século XVI, Henrique VIII, segundo rei da Dinastia Tudor, consegue impor sua autoridade aos nobres com o apoio da burguesia e assume também o poder religioso. O processo de centralização do poder completa-se no reinado de sua filha Elizabeth I.

No século XVIII surge o despotismo esclarecido, uma nova maneira de justificar o fortalecimento do poder real, apoiada pelos filósofos iluministas.

O processo de extinção do absolutismo na Europa começa na Inglaterra com a Revolução Gloriosa (1688), que limita o poder real com a Declaração de Direitos (Constituição), assinalando a ascensão da burguesia ao controle do Estado. Na França, o absolutismo termina com a Revolução Francesa (1789). Nos outros países europeus, ele vai sendo derrotado com as Revoluções Liberais do século XIX.

Feudalismo

Sistema de organização econômica, política e social da Europa Ocidental durante a Idade Média. Com as invasões bárbaras (ver Reinos bárbaros) e a desagregação do Império Romano a partir do século V, a Europa inicia profunda reestruturação, marcada por descentralização do poder, ruralização e emprego de mão-de-obra servil. Com começo e fim graduais, o sistema feudal tem sua origem mais bem situada na França setentrional dos séculos IX e X e seu desaparecimento no século XVI.

Apesar de constituir um sistema fechado, que chega ao fim com a revisão de quase todos os seus valores pelo Renascimento, o feudalismo é um dos alicerces do Estado ocidental moderno. Os grandes conselhos de reis e de seus feudatários são os ancestrais diretos dos modernos parlamentos.

Sociedade – A estrutura social é estabelecida a partir de relações de dependência pessoal, ou vassalagem, que abrangem desde o rei até o camponês livre. Há uma relação direta entre autoridade e posse da terra. O vassalo, ou subordinado, oferece ao senhor, ou suserano, fidelidade e trabalho em troca de proteção e de um lugar no sistema de produção. Os camponeses, que trabalham nas terras dos senhores feudais, são os responsáveis por toda a atividade produtiva do feudo. Além de produzir para seu sustento, devem obrigações a seu senhor, como a corvéia, que consiste no trabalho gratuito e obrigatório durante três dias da semana. Devem

também impostos, que são pagos em produtos ou dinheiro. Os senhores feudais formam a nobreza rural e têm poder para fazer os servos e os camponeses livres cumprirem as normas vigentes. Vivem em castelos fortificados, a melhor representação do seu poder civil e militar. Os cavaleiros armados garantem o domínio do senhorio sobre a terra.

Economia – O feudo constitui a unidade territorial da economia feudal. Caracteriza-se pela auto-suficiência econômica e pela ausência quase total do comércio e de intercâmbios monetários. A produção é predominantemente agropastoril, voltada para a subsistência, e as trocas são feitas com produtos, não com dinheiro. As cidades deixam de ser centros econômicos, os ofícios e o artesanato passam a se realizar nos próprios castelos.

Influência da Igreja – A Igreja Católica (ver Catolicismo) integra-se ao sistema feudal por meio dos mosteiros, que reproduzem a estrutura dos feudos. Transforma-se também em grande proprietária feudal, detém poder político e econômico e exerce forte controle sobre a produção científica e cultural da época.

Reforma Protestante

Movimentos de caráter religioso, político e econômico que surgem na Europa entre 1517 e 1564. Contestam a estrutura e os dogmas da Igreja Católica e rompem com a unidade do cristianismo, dando origem ao protestantismo. Os reformistas rejeitam a pretensão da Igreja de ser o único acesso ao mundo religioso e questionam a supremacia papal.

Os movimentos reformistas ocorrem paralelamente ao Renascimento, à passagem do feudalismo para o capitalismo e ao fortalecimento das monarquias nacionais européias. São o resultado da nova visão sobre o homem - ele é o centro do universo - dada pelo humanismo. As reformas interessam às Monarquias, que querem acabar com os privilégios da Igreja. O progresso comercial e urbano também necessita de uma nova religião afinada com o capitalismo emergente. Os camponeses, oprimidos, revoltam-se contra o catolicismo dos senhores feudais, o que transforma a luta religiosa em luta de classe. Os movimentos provocam ainda guerras religiosas entre protestantes e católicos, como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Ela começa como um conflito religioso no interior do Sacro Império Romano-Germânico e logo adquire caráter de disputa pela hegemonia política na Europa, envolvendo quase todos os países do continente. O avanço do movimento reformista pela Europa obriga a Igreja Católica a adotar reformas internas, conhecidas por Contra-Reforma.

REFORMA LUTERANA – Em 1517 começa no Sacro Império Romano-Germânico a reforma do monge Martinho Lutero, que defende a fé como forma de salvação do indivíduo. Lutero é excomungado em 1520. Com o apoio da nobreza, as idéias de Lutero difundem-se rapidamente. Elas substituem o poder eclesiástico pelo poder do Estado, simplificam a liturgia, revogam o celibato clerical e acabam com o culto às imagens.

REFORMA ANGLICANA – É promulgada em 1534 pelo rei Henrique VIII, da Inglaterra. O pretexto é a recusa do papa ao pedido de anulação de seu casamento com Catarina de Aragão, para que possa desposar Ana Bolena. Na verdade há o interesse da Monarquia inglesa em submeter a Igreja e tornar o rei a autoridade suprema. A reforma anglicana consolida-se em 1558, sob o reinado de Elizabeth I.

REFORMA CALVINISTA – Começa em 1534, na França, com as pregações de João Calvino. Mais radical que Lutero, Calvino defende a tese de o homem nascer predestinado à salvação ou à condenação. Considera-o livre de todas as proibições não-explicitadas nas Escrituras, o que torna as práticas do capitalismo lícitas, em especial a usura, condenada pela Igreja Católica. O homem deve buscar o lucro por meio do trabalho e de uma vida regrada - também formas de louvar a Deus.